

GESTÃO

POR UM IDEB NOVO E MAIS SENSÍVEL À EQUIDADE

1

>> Principal indicador de qualidade do ensino está em reformulação pelo Inep

2

>> Modelo hoje não captura bem desigualdades e habilidades mais sofisticadas

3

>> Conteúdo e formato das provas que compõem o Ideb precisam de atualização

Em agosto deste ano, foi divulgada uma nova rodada de resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Foi, provavelmente, a última edição no atual formato, pois o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) já criou um grupo de trabalho para propor mudanças. O Ideb tornou-se o principal índice de avaliação da qualidade do ensino e cumpriu um importante papel de traduzir num indicador sintético (que congrega variadas dimensões num único índice) resultados alcançados por redes e escolas, ancorados em metas que foram traçadas em 2007 e projetavam o avanço esperado do sistema até 2021, numa escala de simples interpretação (variando de zero a dez).

TEMAS EM DEBATE PARA APRIMORAMENTO DO IDEB

O IDEB HOJE



Mede o desempenho de alunos em testes de matemática e língua portuguesa



Pondera esse resultado com taxas de aprovação nos dois ciclos do fundamental e no ensino médio



É aplicado bianualmente em alunos do 5º, 9º e 3º anos do Ensino Médio



Feito em testes impressos de múltipla escolha

IDEB



APERFEIÇOAMENTOS EM DEBATE



Métricas mais sensíveis à desigualdade nas notas entre alunos ou grupos sociais



Conteúdo mais alinhado à BNCC, contemplando todas as áreas de conhecimento



Inclusão de habilidades mais sofisticadas, como pensamento crítico e criatividade



Novos formatos de prova, permitindo, por exemplo, questões discursivas

É consenso entre especialistas em avaliação educacional, porém, que é preciso aperfeiçoar nosso Sistema de Avaliação da Educação Básica, do qual o Ideb é a faceta mais conhecida. De certo há várias questões técnicas que precisarão ser ponderadas, mas esse debate não deve se restringir apenas a esse grupo, afinal, sistemas de monitoramento precisam, de alguma forma, espelhar as expectativas da sociedade em relação aos resultados esperados na área da educação. E esses instrumentos hoje têm impacto significativo no cotidiano escolar. Prova disso é que, de acordo com o questionário respondido por professores no Saeb de 2019, 75% dizem concordar que as avaliações externas têm direcionado o que deve ser ensinado nas escolas.

Um ponto praticamente consensual no debate sobre o futuro desse indicador é que ele hoje é pouco sensível às desigualdades. Por sintetizar médias de aprendizagem em testes de matemática e língua portuguesa com taxas de aprovação, escolas ou redes podem apresentar crescimento significativo no índice mantendo ou até mesmo ampliando desigualdades. Por exemplo, se alunos mais pobres não apresentarem evolução na aprendizagem ao mesmo tempo em que mais ricos melhoram, o Ideb irá crescer, mas a distância entre esses dois grupos, hoje já inaceitável, irá ampliar ainda mais.

Um texto para discussão encomendado pelo Instituto Unibanco ao economista Fabio Waltenberg (UFF) aborda justamente essas questões, ao identificar limitações no atual indicador, contextualizar o debate sobre equidade em avaliações, e analisar vantagens e desvantagens de diferentes modelos. Conforme abordado no texto, um ponto de partida necessário nessa discussão é o reconhecimento de que não há métrica perfeita ou que dê conta de toda a complexidade do processo educacional. Portanto, seja qual for o formato do novo Ideb, saberemos, já de antemão, que muitos aspectos relevantes ficarão de fora.



Um ponto de partida necessário nessa discussão é o reconhecimento de que não há métrica perfeita ou que dê conta de toda a complexidade do processo educacional.

Por isso uma das propostas feitas no texto é que, para além do novo indicador sintético da qualidade da educação, os especialistas envolvidos no debate sobre a reformulação do sistema educacional considerem a possibilidade de criar um **painel de indicadores** que comunique, num formato de fácil visualização para o público leigo, informações relevantes que não estejam incluídas no Ideb. Por exemplo, um diagnóstico mais preciso sobre as condições de funcionamento de uma escola ou rede pode não fazer parte – por opção ou limitações técnicas - do cálculo do Ideb, mas essa dimensão é extremamente relevante no planeamento de ações a serem feitas para enfrentar os problemas identificados.

Além da questão das médias que escondem desigualdades, há limitações a serem consideradas também em outras propostas em debate para o novo indicador. Por exemplo, **o estabelecimento de cortes que indiquem patamares considerados insuficientes, adequados ou excelentes** traria a vantagem de explicitar qual o percentual de alunos está abaixo dos níveis insatisfatórios. Por outro lado, valorizar essa dimensão pode gerar um movimento em redes e escolas de priorizar alunos que estão próximos dos pontos de corte de cada categoria, pois dessa maneira seria mais rápido apresentar crescimento no indicador. Alunos muito abaixo desse ponto de corte, com isso, poderiam ser penalizados com essa estratégia.

Assim como em outras áreas, há formatos possíveis de indicadores que sejam mais sensíveis à desigualdade, diminuindo, por exemplo, a nota final de redes que apresentam crescimento nas médias ao custo de mais desigualdade. Mas é preciso cuidado aqui para não causar um problema oposto: redes de muito baixo desempenho médio que são “premiadas” no índice pelo fato de seus alunos estarem muito próximos, ainda que em patamares muito baixos.

TRAJETÓRIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Outra questão relevante no debate é a evasão. O Ideb, por se basear em taxas de aprovação do Censo Escolar e em testes aplicados em estudantes matriculados, não retrata a realidade daqueles que já não estão mais na escola. Esta, porém, é uma informação relevante, pois um número significativo de jovens não chega a completar o ensino médio. Em 2023, por exemplo, três em cada dez jovens não havia completado o ensino médio até os 19 anos de idade, proporção que chega à metade se o recorte for apenas entre aqueles que estão entre os 20% mais pobres.

Como se vê, o ajuste fino de todas essas variáveis é complexo, mas o novo Ideb – e todo o Sistema de Avaliação da Educação Básica – precisa avançar na direção de um indicador – ou sistema de indicadores – que sinalizem para as redes que é preciso aumentar a aprendizagem, a aprovação e a permanência das crianças e jovens em toda sua trajetória da educação básica, com redução de desigualdades.

O grupo de trabalho criado pelo Inep ainda está elaborando sua proposta, mas, ao participar do 8º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, em setembro, o presidente do órgão, Manuel Palácios, afirmou que a tendência é buscar estabelecer padrões de desempenho para os dois ciclos do ensino fundamental (o exercício para o ensino médio seria feito posteriormente, e na alfabetização isso já foi iniciado). “A proposta de maior apoio [no grupo



“A proposta de maior apoio [no grupo de trabalho] é de manutenção de um indicador sintético, acrescido de uma cesta de indicadores em que você teria o novo Ideb e outros que mensurem adequadamente a desigualdade encontrada nos resultados educacionais, comparando diferentes grupos da população”

Manuel Palácios, presidente do Inep

de trabalho] é de manutenção de um indicador sintético, acrescido de uma cesta de indicadores em que você teria o novo Ideb e outros que mensurem adequadamente a desigualdade encontrada nos resultados educacionais, comparando diferentes grupos da população”

O debate sobre a reformulação de nosso sistema de avaliação da educação engloba também outras dimensões, além da equidade. Na nota técnica “Saeb e Ideb 2023: Recomendações para interpretar os resultados”, divulgada em agosto pelo Instituto Unibanco, discute-se também a necessidade de reformulação do conteúdo avaliado e do formato das provas. Por exemplo, é preciso lembrar que a matriz de base das provas de português e matemática não sofreu alterações desde 1995, ano da primeira avaliação em larga escala com resultados comparáveis na série histórica. Isso significa que a atual Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017, não está adequadamente contemplada nas provas. Para esse ajuste, é necessário que os testes do Saeb meçam não apenas conhecimentos em matemática e língua portuguesa, mas, também, competências de todas as áreas abrangidas pela BNCC, incluindo também habilidades socioemocionais como responsabilidade e cidadania; pensamento científico, crítico e criativo; empatia e cooperação, entre outras.

Conforme consta da [nota técnica do Instituto Unibanco](#), esse debate sobre novos conhecimentos e competências a serem avaliados precisará, necessariamente, passar também por uma discussão sobre o formato da prova, já que os testes impressos com questões de múltipla escolha são hoje insuficientes para mensurar competências e habilidades mais sofisticadas. O avanço nas tecnologias de aplicação de exames, além de permitir um retorno do diagnóstico mais ágil, facilita aqui a adaptação a novos formatos. Mas isso demandará investimento e planejamento na substituição do modelo atual por um mais moderno, que inclua, por exemplo, provas digitais e com possibilidade de respostas abertas (e não apenas de múltipla escolha).

Como se vê, não há respostas simples para todas essas e outras questões. Mas é consenso que o atual Sistema de Avaliação da Educação Básica - um reconhecido avanço das políticas públicas brasileiras na redemocratização – precisa ser aperfeiçoado, para melhor diagnosticar os conhecimentos, competências e habilidades necessárias



PARA SABER MAIS

- **Em Debate: Equidade e o futuro do Ideb**, Fabio Waltenberg. Instituto Unibanco (2024): bit.ly/EmDebateEquidade_Ideb
- **Inovação em Avaliação Educacional** (websérie), Instituto Unibanco (2023): bit.ly/webserieInovacaoAvaliacao
- **Saeb e Ideb 2023: Recomendações para interpretar os resultados**. Instituto Unibanco (2024): <https://shorturl.at/C1j2N>

Aprendizagem em Foco é uma publicação quinzenal produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br

Para ler as edições anteriores, acesse: <https://bit.ly/BoletimAprendizagemFoco>

Produção editorial: Redação Antonio Gois; Edição Fabiana Hiromi

Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; Edição de arte Fernanda Aoki

